Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JRPC - 2793/2016

PROCESSO TC/MS	**:** TC/8184/2015
PROTOCOLO	**:** 1590739
ÓRGÃO	**:** PREFEITURA MUNICIPAL DE VICENTINA
JURISDICIONADO (A)	**:** HÉLIO TOSHIITI SATO
CARGO	**:** PREFEITO
INTERESSADO (A)	**:** DIMASTER COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
TIPO DE PROCESSO	**:** CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 11/2015
RELATOR (A)	**:** CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

RELATÓRIO

As peças dos autos tratam da contratação instrumentalizada no Contrato Administrativo n. 11/2015, celebrado entre o Município de Vicentina e a empresa Dimaster Comércio Produtos Hospitalares Ltda., para fornecimento de medicamentos para a farmácia básica do Município, ocasionando o exame dos documentos relativos aos procedimentos de licitação e de formalização da contratação, considerados regulares pela 1ª Inspetoria de Controle Externo-ICE (Análise n. 20404/2015, peça 25).

Posteriormente, o Procurador do Ministério Público de Contas-MPC, em manifestação sobre a matéria, emitiu o Parecer n. 3699/2016 (peça 26), opinando: "... *pela* ***regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização do contrato*** *em apreço,...*".

DECISÃO

Em face do exposto, concordo com a análise da 1ª ICE, acompanho o posicionamento firmado no Parecer do MPC e **DECIDO**, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012 e nos termos do art. 10, II, do Regimento Interno, por declarar a regularidade dos atos administrativos relativos à:

I - licitação, realizada pela Administração Municipal de Vicentina, por meio da Tomada de Preços n. 1, de 2015, e,

II - contratação formalizada no Contrato Administrativo n. 11, de 2015, celebrado entre o Município de Vicentina e a empresa Dimaster Comércio Produtos Hospitalares Ltda..

Depois de tomadas as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, os autos devem ser encaminhados à 1ª ICE, para a análise relativa à prestação de contas da execução financeira da contratação.

Campo Grande, 6 de abril de 2016.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro Relator

3®